

**>>> 7. Propriedade para investimento:**

Descrição 2019	Taxa de depreciação a.a.	Saldo inicial	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	72.818	-	72.818
Edificações	1%	77.530	(1.290)	76.240
<b>Total das propriedades para investimentos</b>		<b>150.348</b>	<b>(1.290)</b>	<b>149.058</b>

  

Descrição 2020	Taxa de depreciação a.a.	Saldo inicial	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	72.818	-	72.818
Edificações	1%	76.240	(1.292)	74.948
<b>Total das propriedades para investimentos</b>		<b>149.058</b>	<b>(1.292)</b>	<b>147.766</b>

Refere-se a imóvel situado na Rua João Cabral M. Neto, 400, Rio de Janeiro/RJ. A administração da Companhia avalia que o valor justo do imóvel em 2020 é de R\$157.710 (R\$177.070 em 2019). Esse valor foi calculado utilizando-se uma taxa de capitalização ("cap rate") de 7,5% ao ano, uma taxa de desconto de 9% ao ano e um período de desconto igual ao prazo remanescente dos contratos de locação. A propriedade para investimento foi dada em garantia conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis das Locações e de Seguros firmado com a Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, referente à operação de securitização de créditos imobiliários, conforme a nota 8.

**8. Cédula de crédito imobiliário:**

	2020	2019 (reapresentado)
Cédula de Crédito Imobiliário	102.701	102.646
	<b>102.701</b>	<b>102.646</b>
Circulante	2.432	-
Não circulante	100.269	102.646
Cronograma de vencimento das Cédulas de Crédito Imobiliário:		
	2020	2019 (reapresentado)
2021	2.432	2.432
2022 e posteriores	100.269	100.214
	<b>102.701</b>	<b>102.646</b>

A administração efetuou operação de securitização de créditos imobiliários no montante de R\$112.000. O pagamento será realizado no prazo de 180 meses, com taxas de juros assim estruturada a partir de junho/2018: a) junho/2018 até janeiro/2020 (inclusive), TR + 7,5% ao ano; b) fevereiro/2020 até janeiro/2023 (inclusive), TR + 8,7% ao ano; c) fevereiro/2023 até dezembro/2034, TR + 10,3% ao ano. Foi concedido um prazo de carência de pagamento do principal por 36 meses, sendo que a primeira parcela de amortização ocorrerá em junho/2021. O cronograma de amortizações foi alterado para refletir o pagamento mensal de principal e juros, bem como o alongamento do prazo final da operação até dezembro/2034. O total de despesas com juros e atualização monetária no exercício de 2020 foi de R\$8.566 (R\$7.425 em 2019), conforme nota 13. **9. Ações preferenciais resgatáveis:** Em 2019 e em 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de AGE, aumento de capital da Companhia de R\$1,00 mediante a emissão de ação preferencial sem direito a voto, nominativa e sem valor nominal com prioridade no recebimento de dividendos fixos, da mesma classe daquela prevista no Artigo 5º, §3º do Estatuto Social da Companhia ao preço de emissão de respectivamente de R\$ 2.297 e de R\$3.288. As ações

preferenciais emitidas foram subscritas pelo acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento e Participações, administrada pela Pátria Investimentos Ltda., já o acionista BRE/Alpha Multiestratégia - Fundo de Investimentos em Participações Investimentos do Exterior, administrada pela BRL Trust Investimentos Ltda., renuncia ao seu direito de preferência no aumento desse aporte de capital da Companhia. Não há data prevista de resgate das ações, porém: (i) podem ser resgatadas a qualquer tempo a exclusivo critério de seu portador; (ii) automática após o pagamento da totalidade dos dividendos fixos. Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$2, e parte como reserva de capital no montante de R\$34.742. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor integralizado acumulado é de R\$34.742 (R\$31.512 em 2019) foi registrado como passivo circulante e atualizado a taxa de 25% ao ano (R\$10.895 em 2020 e R\$8.353 em 2019) conforme aprovação em Ata AGE, totalizando R\$57.346 no exercício corrente (R\$43.223 em 2019).

**10. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em setembro/2019 a Companhia aprovou a redução do capital social subscrito, por considerar o valor excessivo, considerando o cancelamento do valor de R\$2.554, mediante a não integralização de 2.554.000 ações ordinárias que estavam pendentes dos acionistas Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento e Participações e BRE/Alpha Multiestratégia - Fundo de Investimentos em Participações Investimentos do Exterior, sendo 1.277.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para cada acionista. Em 31/12/20 o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$43.850 representado por 43.057.307 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 5 ações preferencias, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva legal:** É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Dividendos distribuídos:** O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada período social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendos mínimos obrigatórios. Nos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019 não houve distribuição de dividendos, tampouco constituição de reserva legal, visto que a Companhia apurou prejuízo no encerramento dos exercícios. **11. Receita líquida:** Refere-se à locação de um edifício de sua propriedade. A realização é feita no prazo de vigência dos contratos de locação. As receitas são apresentadas da seguinte maneira:

	2020	2019
Receita de aluguel	10.552	11.494
Tributos sobre a receita	(953)	(1.093)
Descontos concedidos	(1.329)	(1.498)
Descontos incondicionais	(249)	(407)
<b>Receita líquida</b>	<b>8.022</b>	<b>8.496</b>

**12. Custos e despesas administrativas:**

	2020	2019
Depreciação	(1.292)	(1.290)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	322	237
<b>(970)</b>	<b>(1.053)</b>	
Ocupação e utilidades	(1.340)	(1.841)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(2.525)	2.053
Consultoria e assessoria	(237)	(636)

	2020	2019
Impostos e taxas	(815)	(565)
Publicidade	(25)	(79)
Contabilidade	(138)	(142)
Outros serviços	(24)	(3)
Advogados	(186)	(138)
Auditoria	(2)	(63)
Agente fiduciário	(12)	(11)
Outras despesas	(24)	(7)
Legais e judiciais	(7)	(4)
	<b>(5.335)</b>	<b>(1.436)</b>
	<b>(6.305)</b>	<b>(2.489)</b>

**13. Resultado financeiro:** São representados por:

	2020	2019
Variação monetária ativa	13	48
Juros recebidos	5	36
Outras receitas	-	18
	<b>18</b>	<b>102</b>

**Despesas Financeiras:**

	2020	2019
Despesas bancárias	(76)	(76)
Juros sobre empréstimo e financiamento ("CCI")	(8.566)	(7.425)
Juros sobre as ações preferenciais resgatáveis	(10.895)	(8.353)
Outras	(49)	-
	<b>(19.586)</b>	<b>(15.584)</b>

**14. Imposto de renda e contribuição social:** O regime tributário adotado pela Companhia em 2020 e de 2019 foi pelo Lucro Real, onde, apresenta prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social na data do balanço. A decisão da administração quanto ao não reconhecimento do ativo fiscal diferido está baseada na ausência de expectativa de realização futura.

**15. Partes relacionadas:** São consideradas partes relacionadas as empresas integrantes do Grupo Pátria e da BRE Alpha, seus controladores, diretores, administradores e familiares. A Companhia apresenta saldo a pagar em 31/12/20 de R\$58.640, sendo R\$1.294 com partes relacionadas caracterizadas por mútuos com as empresas Visconde Investimentos Imobiliários e Participações S.A., Américas Investimentos Imobiliários e Participações S.A. e São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A., e R\$57.346 referente a emissão de ações preferenciais subscritas pelo acionista Pátria Real Estate III Multiestratégia - Fundo de Investimento em Participações, conforme mencionado na nota 9. Nos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019 não houve remuneração para a administração. **16. Provisão para riscos:** Atualmente a Companhia não foi conhecimento de ser parte (polo passivo ou ativo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo administrativo. **17. Seguros:** Em 31/12/20, a Companhia aderiu a cobertura de seguro patrimonial de R\$120.635, com vigência até 30/6/21. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **18. Evento subsequente:** Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação.

A Diretoria	Erika Suzuki - Contadora - CRC 1SP - 247.802/O-4
-------------	--

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Administradores da **Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/20 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Península Investimentos Imobiliários e Participações S.A. em 31/12/20, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia gerou prejuízo de R\$ 17.775 mil durante o exercício findo em 31/12/20, e nessa data, apresenta patrimônio líquido negativo e capital circulante negativo de R\$ 12.094 mil e R\$ 57.831 mil. Conforme apresentado na nota 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Reapresentação do balanço patrimonial em 31/12/19 e em 1/1/19:** Em 18/6/20, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota 1.1., às demonstrações financeiras, a Administração da Companhia efetuou reclassificações no balanço patrimonial para correção de erro. Consequentemente, os balanços patrimoniais em 31/12/19 e em 1/1/19 que estão sendo reapresentados como previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 (R1) - (IAS 8) - Políti-

cas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários

tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de novembro de 2021  
**Deloitte Touche Tohmatsu** Ribas Gomes Simões  
 Auditores Independentes Ltda. Contador  
 CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 289690/O-0

**Link Partners S/A**

Balanço Patrimonial		Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 - Valores em Milhares de Reais		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
		Demonstração do Resultado do Exercício (Lei 11.638)		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
		31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<b>Ativo/Ativo Circulante</b>	<b>4.595</b>	<b>5.122</b>		<b>Capital Realizado</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>3.441</b>	<b>3.560</b>		<b>Eventos</b>	<b>31/12/20</b>
Cotas de fundos de investimentos	3.294	3.559		<b>Saldos iniciais em 01/01/19</b>	<b>5.502</b>
Outros títulos de renda fixa	147	1		<b>Mutações do Período</b>	<b>(422)</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.151</b>	<b>1.559</b>		<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(422)</b>
Diversos	1.151	1.559		<b>Saldos finais em 31/12/19</b>	<b>5.080</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>3</b>	<b>3</b>		<b>Capital Realizado</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>
Outros valores e bens	3	3		<b>Eventos</b>	<b>31/12/20</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>10</b>	<b>17</b>		<b>Saldos iniciais em 01/01/20</b>	<b>5.080</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>10</b>	<b>17</b>		<b>Mutações do Período</b>	<b>(542)</b>
Outros bens do imobilizado de uso	34	34		<b>Ajuste referente Incorporação</b>	<b>(133)</b>
(Depreciações acumuladas)	(24)	(17)		<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(409)</b>
<b>Diferido/Intangível</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>Saldos finais em 31/12/20</b>	<b>4.538</b>
Gastos de organização e expansão	1	1		<b>Capital Realizado</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>
(Amortizações acumuladas)	(1)	(1)		<b>Eventos</b>	<b>31/12/20</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.605</b>	<b>5.139</b>		<b>Saldos iniciais em 01/01/20</b>	<b>5.080</b>
<b>Passivo/Passivo Circulante</b>	<b>67</b>	<b>59</b>		<b>Mutações do Período</b>	<b>(542)</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>67</b>	<b>59</b>		<b>Ajuste referente Incorporação</b>	<b>(133)</b>
Impostos e contribuições sobre salários	13	13		<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(409)</b>
Demais impostos e contribuições a recolher	1	1		<b>Saldos finais em 31/12/20</b>	<b>4.538</b>
Provisões para pagamentos a efetuar	20	12		<b>Capital Realizado</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>
Diversos	33	33		<b>Eventos</b>	<b>31/12/20</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.538</b>	<b>5.080</b>		<b>Saldos iniciais em 01/01/20</b>	<b>5.080</b>
Capital:	7.230	7.230		<b>Mutações do Período</b>	<b>(542)</b>
De domiciliados no país	7.230	7.230		<b>Ajuste referente Incorporação</b>	<b>(133)</b>
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(2.692)	(2.150)		<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(409)</b>
<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>	<b>4.538</b>	<b>5.080</b>		<b>Saldos finais em 31/12/20</b>	<b>4.538</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>4.605</b>	<b>5.139</b>		<b>Capital Realizado</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>
				<b>Eventos</b>	<b>31/12/20</b>
				<b>Saldos iniciais em 01/01/20</b>	<b>5.080</b>
				<b>Mutações do Período</b>	<b>(542)</b>
				<b>Ajuste referente Incorporação</b>	<b>(133)</b>
				<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(409)</b>
				<b>Saldos finais em 31/12/20</b>	<b>4.538</b>

**Mobitech Locadora de Veículos S.A.**  
 Companhia Fechada  
 CNPJ/ME nº 19.091.996/0001-16 - NIRE 35300576349  
**CERTIDÃO**  
 Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Novembro de 2021 às 10:00 horas. Secretária de Desenvolvimento Econômico. **JUCESP** 558.641/21-0 em 23.11.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Frigorífico Bordon S.A.**  
 CNPJ 60.580.875/0001-31 – NIRE 35 3 0002102 9  
**Editais de Convocação**  
 Ficam convidados os Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 20/12/2021, às 8hs, na sede social localizada na Rua Cristóvão de Gouveia, 320, em São Paulo, SP, para tratarmos da seguinte Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria para o Triênio 2021/2024; b) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 26/11/2021. **Leontina Gioconda Bordon** - Diretora Presidente.

**Aleduan Participações S.A.**  
 (Em Organização)  
**Extrato da Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima Realizada em 21 de Outubro de 2021**  
**Data, Hora, Local:** 21.10.2021, às 08 horas, na Rua Serra de Japi, nº 865, Vila Gomes Cardim, São Paulo/SP. **Deliberações:** Aprovado o Estatuto Social e constituição da Companhia, Presidente: Eduardo Nunes de Souza e Secretária: Andrea Paula Nunes de Souza Marques. **JUCESP** NIRE nº 3530058053-2 em 17.11.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)